

5° SIMULADO TCE RJ

ÁREA: CONTROLE EXTERNO
PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

Simulado TCE/RJ Área Controle Externo – Pós Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TCE/RJ;
- 2 – A prova contém **200 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - bit.ly/Simulado-TCE-RJ-04-04

01 – C E	26 – C E	51 – C E	76 – C E	101 – C E	126 – C E	151 – C E	176 – C E
02 – C E	27 – C E	52 – C E	77 – C E	102 – C E	127 – C E	152 – C E	177 – C E
03 – C E	28 – C E	53 – C E	78 – C E	103 – C E	128 – C E	153 – C E	178 – C E
04 – C E	29 – C E	54 – C E	79 – C E	104 – C E	129 – C E	154 – C E	179 – C E
05 – C E	30 – C E	55 – C E	80 – C E	105 – C E	130 – C E	155 – C E	180 – C E
06 – C E	31 – C E	56 – C E	81 – C E	106 – C E	131 – C E	156 – C E	181 – C E
07 – C E	32 – C E	57 – C E	82 – C E	107 – C E	132 – C E	157 – C E	182 – C E
08 – C E	33 – C E	58 – C E	83 – C E	108 – C E	133 – C E	158 – C E	183 – C E
09 – C E	34 – C E	59 – C E	84 – C E	109 – C E	134 – C E	159 – C E	184 – C E
10 – C E	35 – C E	60 – C E	85 – C E	110 – C E	135 – C E	160 – C E	188 – C E
11 – C E	36 – C E	61 – C E	86 – C E	111 – C E	136 – C E	161 – C E	186 – C E
12 – C E	37 – C E	62 – C E	87 – C E	112 – C E	137 – C E	162 – C E	187 – C E
13 – C E	38 – C E	63 – C E	88 – C E	113 – C E	138 – C E	163 – C E	188 – C E
14 – C E	39 – C E	64 – C E	89 – C E	114 – C E	139 – C E	164 – C E	189 – C E
15 – C E	40 – C E	65 – C E	90 – C E	115 – C E	140 – C E	165 – C E	190 – C E
16 – C E	41 – C E	66 – C E	91 – C E	116 – C E	141 – C E	166 – C E	191 – C E
17 – C E	42 – C E	67 – C E	92 – C E	117 – C E	142 – C E	167 – C E	192 – C E
18 – C E	43 – C E	68 – C E	93 – C E	118 – C E	143 – C E	168 – C E	193 – C E
19 – C E	44 – C E	69 – C E	94 – C E	119 – C E	144 – C E	169 – C E	194 – C E
20 – C E	45 – C E	70 – C E	95 – C E	120 – C E	145 – C E	170 – C E	195 – C E
21 – C E	46 – C E	71 – C E	96 – C E	121 – C E	146 – C E	171 – C E	196 – C E
22 – C E	47 – C E	72 – C E	97 – C E	122 – C E	147 – C E	172 – C E	197 – C E
23 – C E	48 – C E	73 – C E	98 – C E	123 – C E	148 – C E	173 – C E	198 – C E
24 – C E	49 – C E	74 – C E	99 – C E	124 – C E	149 – C E	174 – C E	199 – C E
25 – C E	50 – C E	75 – C E	100 – C E	125 – C E	150 – C E	175 – C E	200 – C E

CONHECIMENTOS BÁSICOS**PORTUGUÊS****TEXTO I**

Da mitologia grega e da Bíblia às críticas modernas da era digital, a solidão tem sido representada como parte da condição humana. O reconhecimento de consequências adversas significativas para a saúde ocorreu mais recentemente, e muito do interesse causado por um aumento na taxa de mortalidade na Europa.

A solidão é frequentemente discutida em conjunto com o isolamento social, e os termos são usados de forma intercambiável na linguagem cotidiana. No entanto, investigadores apontaram que os dois conceitos devem ser diferenciados. Enquanto o isolamento social surge em situações em que uma pessoa não tem pessoas suficientes para interagir, um estado objetivo, a solidão é a experiência subjetiva de angústia por não ter relações sociais suficientes ou por não ter contato suficiente com as pessoas.

Embora os dois conceitos possam estar relacionados, uma pessoa pode estar socialmente isolada, e não sentir-se sozinha, enquanto uma pessoa com uma rede social aparentemente grande ainda pode experimentar a solidão.

<https://cenie.eu/pt/blog/isolamento-e-solidao-inimigos-silenciosos>

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos do texto I, julgue os itens a seguir.

01. De acordo com o texto, solidão e isolamento social são expressões sinônimas.

02. Isolamento social é uma experiência subjetiva de uma pessoa que não tem companhia suficiente para interagir.

03. Depreende-se do primeiro parágrafo que um maior número de mortos na Europa alertou para as consequências adversas da solidão.

04. Infere-se do texto que o isolamento social é uma das causas da solidão.

05. No último parágrafo, a conjunção “e” expressa ideia de oposição.

06. A expressão “rede social aparentemente grande” (último parágrafo) refere-se, de modo geral, a perfis que são ativos em mídias sociais, mas não necessariamente elidem a solidão.

07. Sem prejuízo aos sentidos originais e à correção gramatical, o vocábulo “enquanto” (último parágrafo) poderia ser substituído por “ao passo que”.

08. Na expressão “Da mitologia grega e da Bíblia às críticas modernas da era digital” (1º parágrafo), a supressão do acento grave indicativo de crase causaria prejuízo gramatical.

09. Os vocábulos “experiência” e “angústia” são acentuados em virtude da mesma regra gramatical.

10. No segundo parágrafo, o segmento “em que” poderia ser substituído por “nas quais”.

TEXTO II

A solidão e o isolamento são cada vez mais parte da experiência do envelhecimento. A redução da vida intergeracional, a maior mobilidade social e geográfica, o aumento nos lares de uma pessoa solteira, todas essas tendências significam que os idosos podem estar mais socialmente isolados.

Para os idosos com recursos para escolher morar numa comunidade de reformados, viajar para visitar amigos ou simplesmente conectar-se à Internet, as consequências adversas da solidão podem ser pequenas. Para outras pessoas mais vulneráveis a doenças ou pobreza, talvez depois de uma vida de pouco acesso a assistência médica em países sem provisão de bem-estar abrangente, o impacto da solidão e do isolamento pode ser profundo. A experiência e as consequências da solidão e do isolamento variam de acordo com a posição social. Portanto, a abordagem desses problemas tem o potencial de desempenhar um papel na redução das desigualdades na saúde, bem como na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Existem vários estudos que enfocam a relação entre isolamento social e mortalidade, na verdade, foi relacionado a uma diminuição no risco de mortalidade. Com base na força dos achados, os autores concluíram que a falta de relações sociais é um fator de risco tão importante para a mortalidade quanto o tabagismo, a obesidade ou a falta de atividade física. Da mesma forma, os idosos que estão sozinhos têm um risco maior de morrer mais cedo e são mais propensos a experimentar uma diminuição na sua mobilidade, em comparação com aqueles que não estão sozinhos.

Os adultos mais velhos têm maior risco de estar socialmente isolados ou sozinhos. Quando as pessoas atingem os seus 80 anos, a maioria das pessoas vive sozinha, principalmente devido à viuvez. Isto é particularmente importante no caso das mulheres mais velhas, que são mais propensas a ficar viúvas do que os homens mais velhos. As redes sociais de pessoas mais velhas muitas vezes também se tornam menores por outras razões: os filhos podem ter saído de casa, junto com os seus netos e irmãos mais velhos e amigos podem ter morrido.

A solidão também é comum entre os adultos mais velhos. Muitos adultos mais velhos indicam ter-se sentido sozinhos em algum momento ou muitas vezes. A proporção é ainda maior entre as pessoas com idades entre 85 anos ou mais: 25% das pessoas nessa faixa etária admite sentir-se sozinha em algum momento ou com frequência. Viver sozinho, problemas de saúde e invalidez, deficiência sensorial, tais como perda de audição, e os principais eventos da vida, como a perda de um cônjuge, foram identificados como fatores de risco para o isolamento social e a solidão.

<https://scielosp.org/article/csc/2015.v20n7/2183-2191/>

A respeito das estruturas e sentidos do texto II, julgue os itens a seguir.

11. Segundo o texto, a saída dos filhos de casa e a viuvez são fatores que contribuem para uma maior tendência de idosos estarem socialmente isolados ou sozinhos.
12. Depreende-se do texto que a posição social pode aumentar a vulnerabilidade de um idoso aos efeitos adversos da solidão.
13. De acordo com o texto, as mulheres viúvas apresentam maior propensão aos danos da solidão.
14. No primeiro período do segundo parágrafo, o vocábulo “para”, em suas duas ocorrências, expressa sentido de finalidade.
15. Em “Existem vários estudos” (3º parágrafo), a substituição da forma verbal por “Há” não prejudicaria o sentido nem as relações sintáticas da oração.
16. Haveria prejuízo à correção gramatical do texto caso a forma verbal “vive” (4º parágrafo) fosse flexionada no plural.

17. A vírgula após “achados” (3º parágrafo) poderia ser retirada, sem prejuízo gramatical, em virtude de seu caráter facultativo.

18. No segmento “ou a falta de atividade física” (3º parágrafo), a conjunção “ou” expressa ideia de exclusão.

19. No segmento “sentir-se sozinha” (último parágrafo), a partícula “se” poderia ser suprimida sem prejuízo gramatical, tendo em vista seu caráter expletivo.

20. Infere-se do último período do texto que a perda de audição é uma exemplificação de “problemas de saúde e invalidez”.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

21. A dominação racional-legal baseia-se na tradição, nos costumes arraigados, nos relacionamentos construídos por gerações.

22. No modelo patrimonial da administração pública os bens públicos são utilizados para fins pessoais e os cargos públicos são usados como “moeda de troca” de favores.

23. O Governo JK operou em um contexto de aumento da intervenção do Estado e uma descentralização do setor público através da criação de várias autarquias e sociedades de economia mista.

24. Na República Velha, apesar da predominância do patrimonialismo, tivemos algumas experiências positivas de construção de carreiras estruturadas e meritocráticas.

25. A reforma de 1995, de viés neoliberal, desejava reduzir a presença do Estado na vida social e econômica da nação. Dentre diversas mudanças econômicas (troca de moeda, congelamento e bloqueio de dinheiro em contas bancárias), buscou-se um forte ajuste fiscal.

26. Assegurar a responsabilização (accountability) através da administração por objetivos, da criação de quase-mercados, e de vários mecanismos de democracia direta ou de controle social, combinados com o aumento da transparência no serviço público era um dos objetivos da reforma administrativa da CF/88.

27. Na relação principal-agente, o principal seria o cidadão. Já o agente seriam os agentes públicos, como os representantes eleitos, os conselhos, os dirigentes superiores, etc.

28. O termo accountability está relacionado estritamente a capacidade de um sistema político de produzir políticas públicas que resolvam os problemas da sociedade, ou, dizendo de outra forma, de converter o potencial político de um dado conjunto de instituições e práticas políticas em capacidade de definir, implementar e sustentar políticas

29. A accountability horizontal é relacionada com o controle e prestação de contas que ocorre quando um poder ou órgão fiscaliza o outro. Ou seja, o accountability horizontal ocorre quando existe uma ação entre entidades no mesmo plano.

30. O controle social engloba a fiscalização da sociedade, mas não a participação na gestão pública.

ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES

31. Os dados são matéria-prima para informações, não há significado inerente nos dados. Ao agregar valor, os dados são transformados em informações, que têm significado, relevância e propósito.
32. O conhecimento tácito é geralmente codificado e digitalizado em livros, documentos, relatórios, memorandos etc. Essas informações documentadas podem facilitar a ação dos indivíduos.
33. Quando os dados são produzidos, coletados ou custodiados por autoridades públicas e disponibilizados em formato aberto, considera-se que são dados abertos governamentais.
34. Os vários formatos de dados não estruturados criam irregularidades e ambiguidades que são problemáticas para as técnicas tradicionais de análise.
- Sobre banco de dados relacionais julgue as afirmações abaixo
35. As restrições de domínio especificam que, dentro de cada tupla, o valor de cada atributo A deve ser um valor indivisível do domínio $\text{dom}(A)$.
36. A restrição de integridade de entidade afirma que nenhum valor de chave primária pode ser NULL.
37. Todas as restrições de integridade deverão ser especificadas na instância do banco de dados relacional se quisermos impor essas restrições sobre os estados do banco de dados.

Consideram as os conceitos e aplicações de modelagem dimensional avalie os itens subsequentes.

38. A construção de data warehouses envolve limpeza, integração e transformação de dados e pode ser vista como uma importante etapa de pré-processamento para mineração de dados.
39. A operação de *slice* realiza uma seleção em mais de uma dimensão do cubo especificado, resultando em um subcubo.
40. Um cubo de dados permite que os dados sejam modelados e visualizados em várias dimensões. É definido por dimensões e fatos. Em termos gerais, os fatos são as perspectivas ou entidades com relação às quais uma organização deseja manter registros.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

41. Para o aprimoramento dos controles internos, é importante que a organização adote um processo de controles internos com foco em todas as categorias de objetivos, a saber: operações, informações (divulgação) e compliance (conformidade).
42. O cumprimento de leis ou normas que regulamentam o negócio de uma organização caracteriza situação conflitante com os objetivos de compliance ou conformidade.

43. Os objetivos da compliance no contexto da administração pública estão relacionados à prevenção e ao combate de práticas ilícitas contra a administração pública, fomentando a emergência de um ambiente em que a reputação de uma organização tenha valor econômico e no qual propina, suborno e congêneres constituam infrações previstas em lei, sujeitas à punição.
44. Uma vez definidos o problema e as questões de auditoria, a equipe deverá elaborar a matriz de achados. Trata-se de quadro resumo das informações relevantes utilizadas ao longo da auditoria.
45. O propósito da matriz de responsabilização é auxiliar a elaboração conceitual do trabalho e a orientação da equipe na fase de execução.
46. Estudo de caso é a estratégia metodológica usada para conhecer uma situação complexa, baseada em compreensão abrangente da situação, obtida a partir de sua ampla descrição e análise, considerada como um todo e no seu contexto
47. Pesquisa documental é a estratégia metodológica que permite obter informações de caráter quantitativo e qualitativo relacionadas tanto aos aspectos operacionais e gerenciais, como aos resultados esperados.
48. O componente do controle interno chamado de monitoramento representa avaliações (contínuas, independentes, ou ambas) para se certificar da presença e do funcionamento de cada um dos cinco componentes de controle interno, inclusive a eficácia do controle.
49. Segundo o COSO ICIF 2013 (*Internal Control – Integrated Framework*), atividades de controle são o conjunto de normas, processos e estruturas que fornecem a base para a condução do controle interno por toda a organização.
50. A capacidade da administração, outros funcionários e/ou terceiros transpassarem os controles por meio de conluio entre as partes é considerada uma limitação do Controle Interno.
51. Na relação entre objetivos e componentes de controle de determinada entidade, a estrutura de governança deve ser independente de seus executivos.
52. Relativamente ao ambiente de controle, o sistema de controle deve estabelecer suas próprias normas de funcionamento.
53. O gerenciamento de riscos corporativos é aplicado em toda a organização, em todos os níveis e unidades, e inclui a formação de uma visão de portfólio de todos os riscos a que ela está exposta.
54. A organização deve alinhar os riscos com a tolerância e com o apetite a risco. Uma das respostas a risco possíveis é a redução, que significa reduzir a probabilidade ou o impacto dos riscos pela transferência ou compartilhamento de uma porção do risco.
55. O componente de controle interno em que se avaliam e se comunicam as deficiências no controle interno aos responsáveis por tomar ações corretivas, inclusive a estrutura de governança e alta administração, é designado avaliação de risco.

CONTROLE EXTERNO

Sobre o controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

56. O controle administrativo pode ter como finalidade corrigir, alterar ou confirmar o ato praticado. No que trata da correção, a autoridade poderá anular o ato ilegal ou convalidar atos com vícios sanáveis.

57. O recurso administrativo é um instrumento de controle administrativo provocado, possuindo, em regra, efeitos suspensivos.

58. Quanto à iniciativa, o controle poderá ser de ofício, provocado ou periódico. A emissão do parecer prévio constitui exemplo de controle de ofício, enquanto a realização de auditorias e inspeções é exemplo de controle periódico.

59. O controle por subordinação, também chamado de controle hierárquico, é aquele realizado dentro dos patamares de hierarquia existentes na administração pública, que permite que o órgão ou autoridade superior fiscalize, oriente e reveja a atuação de seus subordinados.

60. O Tribunal de Contas da União, ainda que seja uma entidade fiscalizadora superior, não goza de personalidade jurídica própria, uma vez que possui natureza de órgão público. Em casos específicos, porém, o STF reconhece a capacidade processual do TCU para defender as suas prerrogativas constitucionais.

Sobre os aspectos normativos e constitucionais do controle externo, julgue os itens a seguir.

61. A fiscalização de um convênio entre a União e um município do interior do Rio de Janeiro, para a construção de uma ponte com recursos federais e contrapartida do município, será realizada de forma concorrente entre o Tribunal de Contas da União e o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

62. Um parlamentar não pode apresentar denúncia ao TCU, de forma individual, pois essa atribuição cabe somente aos colegiados do Poder Legislativo.

63. Compete ao Senado Federal aprovar os nomes indicados para os nove cargos de ministro do TCU.

64. Compete ao TCU emitir parecer prévio sobre as contas de governador de território federal, situação em que o julgamento ficará a cargo do Congresso Nacional.

65. O sistema de controle interno possui competência para aplicar sanções aos responsáveis que cometerem ilegalidades, fixando prazo para o exato cumprimento da lei.

66. Se o Presidente da República editar um decreto que exorbite do poder regulamentar, a competência para sustar esse ato normativo caberá ao Congresso Nacional.

67. Os tribunais de contas estão sujeitos ao prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva corte de contas, em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima.

68. O controle realizado pelo Poder Judiciário sobre os atos da administração pública classifica-se como controle externo, de legalidade, provocado e sempre posterior.

69. Compete ao Congresso Nacional o controle da economicidade dos atos da administração direta e indireta da União, mediante controle externo, situação que se enquadra na fiscalização contábil, financeira e orçamentária da administração.

70. A extinção de um tribunal de contas dos municípios poderá ocorrer mediante emenda à constituição estadual, devendo-se observar a iniciativa reservada para iniciar o processo legislativo, cuja competência pertence ao próprio tribunal de contas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Em relação aos atos administrativos e suas formas de extinção, julgue os itens a seguir.

71. Em regra, a anulação de ato administrativo ilegal é um dever da administração, sendo possível a manutenção de um ato viciado, em nome da segurança jurídica e da boa-fé, quando os prejuízos oriundos da invalidação forem maiores do que a sua manutenção.

72. Admite-se, em regra, a revogação de atos vinculados, desde que precedida de contraditório e ampla defesa.

73. Para que um ato seja convalidado, é necessário que, entre outros requisitos, a convalidação não acarrete lesão ao interesse público e nem cause prejuízo a terceiros.

Acerca dos agentes públicos e disposições constitucionais sobre o tema, julgue os itens a seguir.

74. Os estrangeiros só terão acesso aos cargos e empregos públicos na forma da lei, enquanto os brasileiros podem ocupar os cargos, empregos e funções públicas desde que preenchidos os requisitos estabelecidos em lei.

75. As limitações ou condições para o acesso aos cargos, empregos ou funções públicas deve possuir previsão em lei ou em edital do concurso, e, além disso, deve respeitar os princípios da razoabilidade, isonomia e impessoalidade.

76. Constituem exceções à regra do concurso público as nomeações para os cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, bem como para o exercício de funções temporárias, por tempo determinado, para atendimento de necessidades de excepcional interesse público.

Acerca do controle da administração pública e seus aspectos constitucionais, julgue os itens a seguir.

77. A fiscalização orçamentária das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, é exercida tanto por meio do controle externo quanto por meio do sistema de controle interno de cada Poder.

78. Compete aos tribunais de contas a sustação da execução de contratos, devendo solicitar, de imediato, a adoção das medidas cabíveis ao Congresso Nacional.

79. Os responsáveis pelos controles externo e interno devem dar ciência ao Tribunal de Contas das irregularidades ou ilegalidades encontradas, sob pena de responsabilidade subsidiária com os causadores do dano.

Sobre o regime jurídico administrativo e princípios da administração pública, julgue os itens a seguir.

80. Uma das aplicações do princípio da eficiência, quanto ao aspecto direcionado à atuação dos agentes públicos, é a exigência de avaliação especial de desempenho para aquisição de estabilidade e a possibilidade de perda de cargo público em decorrência da avaliação periódica, a ser disciplinada em lei complementar.

81. O princípio da administração pública da autotutela, expresso constitucionalmente, diz que a administração pode controlar seus próprios atos, anulando-os quando ilegais ou revogando-os quando inconvenientes ou inoportunos.

82. O regime jurídico administrativo traduz-se nas prerrogativas, ou seja, nas restrições impostas à administração, bem como nas sujeições, que são os privilégios concedidos ao administrador no exercício de suas funções.

Acerca das licitações públicas e do pregão, julgue os itens a seguir.

83. A contratação de serviços técnicos especializados poderá ocorrer por inexigibilidade de licitação, desde que demonstrada a inviabilidade de competição, ou, quando houver possibilidade de competição, ocorrerá, preferencialmente, mediante a realização de licitação na modalidade concurso, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração.

84. Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.

85. A comissão de licitação, na modalidade pregão, é formada pelo pregoeiro e sua equipe de apoio, formada por no mínimo dois servidores pertencentes aos quadros permanentes do órgão.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Julgue as afirmações a seguir, sobre os direitos e deveres individuais e coletivos:

86. Não cabe mandado de segurança contra ato regido apenas pelo direito privado, ainda que originado de autoridade representante de entidade da administração indireta.

87. A não fixação, por meio de lei, de prestação alternativa a obrigação a todos imposta, para aqueles que alegarem imperativo de consciência, torna inaplicável o direito à liberdade de crença e convicção, garantido por meio de norma de eficácia limitada.

88. No tocante à inviolabilidade domiciliar, verifica-se a evidente eficácia horizontal de sua aplicação, limitando não só a atuação do Estado, como também de particulares podendo, inclusive, ser invocado tanto por pessoas físicas quanto por pessoas jurídicas.

Julgue os itens a seguir, a respeito das regras trazidas pela CF/88, relacionadas à fiscalização contábil, financeira e orçamentária:

89. O Tribunal de Contas da União deverá encaminhar ao Congresso Nacional, semestral e anualmente, relatório de suas atividades.

90. Segundo o STF, o Tribunal de Contas da União não tem competência para fiscalizar a gestão de contribuições devidas às associações sindicais, sob pena de incorrer em inaceitável interferência estatal em entidades que detêm plena autonomia, conferida expressamente pela Constituição.

No que diz respeito às finanças públicas, julgue o que se afirma abaixo:

91. Somente o Banco Central tem autorização para conceder empréstimos ao Tesouro Nacional, emitir moeda e manter depósitos de caixa da União.

No tocante à organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue as próximas afirmações:

92. No Brasil adotou-se, em consonância com o princípio da separação dos poderes e do pacto federativo, o modelo dual de repartição de competências, em que formas de atuação conjunta entre todos as pessoas políticas convivem com atribuições exclusivas, as quais serão cumpridas isoladamente e em conformidade às especificidades de cada ente.

93. Segundo o STF, a Constituição Estadual poderá prever a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos quadros do funcionalismo público estadual.

Julgue o que se segue, considerando as regras referentes ao Poder Legislativo, presentes na CF/88, à luz do entendimento jurisprudencial predominante:

94. A escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente será feita pelo Congresso Nacional, após arguição em sessão secreta.

95. A regra que proíbe o pagamento de parcela indenizatória ao parlamentar convocado extraordinariamente do período de recesso do Congresso Nacional se aplica, por simetria, aos membros do Poder Legislativo estadual.

Julgue o que se afirma a seguir, considerando o que dispõe a atual Constituição acerca do Processo Legislativo:

96. Lei formalmente complementar e materialmente ordinária poderá ser revogada por lei ordinária posterior.

97. Na modalidade atípica, embora o Congresso Nacional participe da aprovação do projeto elaborado pelo Poder Executivo, o Poder Legislativo deverá apreciá-lo em votação única, sendo vedada a inserção de qualquer emenda.

Julgue a próxima sentença, a respeito do Poder Judiciário, conforme entendimento fixado pelo STF:

98. Os atos emanados do Conselho Nacional de Justiça não estão sujeitos ao controle do Supremo Tribunal Federal.

Julgue a afirmativa abaixo, sobre as funções essenciais à justiça:

99. O Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas dispõe das mesmas garantias institucionais do Ministério Público comum.

Com base no que determina a Constituição acerca do Poder Executivo, julgue o que segue:

100. Os integrantes do Conselho da República deverão ser escolhidos pelo Presidente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AFO

101. No tocante às receitas pública, julgue o item a seguir:

Segundo o MTO 2020, a contribuição de melhoria é espécie de tributo na classificação da receita orçamentária e tem como fato gerador valorização imobiliária que decorra de obras públicas, sendo prescindível que haja nexos causal entre a melhoria ocorrida e a realização da obra pública. Tais tributos podem ser cobrados pela União, Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições e sua instituição caracteriza por fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

102. No tocante às receitas e despesas públicas conforme a lei 4.320, julgue o item a seguir:

São Receitas orçamentária de capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão em outros bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superávit* do Orçamento Corrente.

103. Em relação às receitas e despesas públicas, julgue o item a seguir, conforme a lei 4.320:

As Subvenções Econômicas são classificadas como despesas de capital, visto que são destinadas ao fomento da atividade econômica e aumento do patrimônio. Ademais, a cobertura dos déficits de manutenção das empresas públicas, de natureza autárquica ou não, far-se-á mediante subvenções econômicas expressamente incluídas nas despesas de capital do orçamento da União, do Estado, do Município ou do Distrito Federal.

104. Em relação à classificação programática da despesa, julgue o item que se segue:

Segundo o MTO 2020, o Plano Plurianual (PPA) que vigorará no período de 2020-2023 apresenta quatro pilares em sua construção, quais sejam: a simplificação metodológica; realismo fiscal; integração entre planejamento e avaliação; e, visão estratégica e foco em resultados.

105. O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu medida cautelar que afasta a exigência de demonstração de adequação orçamentária em relação à criação e expansão de programas públicos destinados ao enfrentamento da Covid-19. Entre as medidas, foi suspensa a aplicabilidade do artigo que trata das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Em relação ao texto acima, e, conforme a LRF, julgue os itens a seguir:

Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato normativo decorrente de autoridade administrativa que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. No contexto do texto acima, durante o período de calamidade pública, decretada pelo poder executivo, quaisquer despesas criadas ou aumentadas estarão dispensadas de apresentar a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

106. Julgue o item a seguir, conforme a LRF:

Para os fins do trato da despesa com pessoal, tal despesa total, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, correspondentes a 50% da União, e 60% dos Estados e Municípios. Na verificação do atendimento dos limites, não serão computadas as despesas de indenização por demissão de servidores ou empregados e nem as relativas a incentivos à demissão voluntária.

107. A previsão caracteriza-se pelo ato de planejar e estimar a arrecadação das receitas orçamentárias que constarão na proposta LOA. Por conta disso, deverá ser realizado em conformidade com as normas técnicas e legais correlatas e, em especial, com as disposições constantes na LRF.

108. Segundo o MCASP, o recebimento de dívida ativa corresponde a uma receita, pela ótica orçamentária, com simultânea baixa contábil do crédito registrado anteriormente no ativo, sob a ótica patrimonial. No aspecto da codificação, o MTO diz que a dívida ativa é identificada por meio do tipo, que é o último dígito da natureza da receita, que tem a finalidade de identificar o tipo de arrecadação.

109. Plano Orçamentário (PO) é uma identificação orçamentária, de caráter gerencial, constante da LOA, vinculada à ação orçamentária, que tem por finalidade permitir que, tanto a elaboração do orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da execução, ocorram num nível mais detalhado do que o do subtítulo/localizador de gasto.

110. O Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Camex) do Ministério da Economia aprovou a zeragem da alíquota do Imposto de Importação para 50 produtos médicos e hospitalares necessários ao combate à pandemia causada pela covid-19.

111. Por conta do coronavírus, o Presidente da República decretou estado de calamidade pública no Brasil, o qual foi reconhecido pelo Congresso Nacional, assunto que tem estrita relação com os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF referente ao tema.

Nesse contexto, na ocorrência de calamidade, reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, enquanto perdurar a situação, serão suspensas a contagem dos prazos e as disposições relativa à apuração das despesas com pessoal. Além disso, serão dispensados o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho. Durante esse período, o instrumento hábil de alteração da dotação inicialmente prevista na LOA é o crédito extraordinário, por se tratar de uma despesa dotada de imprevisibilidade e urgência.

112. Em relação ao ciclo orçamentário e as emendas parlamentares, julgue o item a seguir:

A EC 100/2019 determina a execução obrigatória das emendas apresentadas pelas bancadas estaduais e do Distrito Federal ao Orçamento da União até o valor-limite de 1% da receita corrente líquida realizada nos dois exercícios anteriores. Só não haverá execução obrigatória nos casos de impedimentos de ordem técnica. Excepcionalmente, em 2021, esse montante será de 0,8% da receita corrente, como uma forma de regra de transição.

113. Julgue o item a seguir, conforme a LRF:

Qualquer benefício ou serviço relativo à seguridade social não poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total, regra que se aplica a benefício ou serviço de saúde, previdência e assistência

social, inclusive os destinados aos servidores públicos e militares, ativos e inativos, e aos pensionistas.

114. Julgue o item a seguir:

Pelo princípio da unidade de tesouraria, para maior organicidade das contas públicas, todo recurso carregado ao erário, de caráter originário ou derivado, ordinário ou extraordinário, orçamentário, exceto extraorçamentário, geral ou vinculado será alocado em conta única.

115. a LOA do Estado do Rio de Janeiro previu despesas de obras cujas duração ultrapassava 4 exercícios financeiros. Pelo princípio da anualidade, tal previsão não tem fundamentação legal e nem constitucional, o que contraria os preceitos vigentes de créditos limitados a um exercício financeiro.

116. Julgue o item a seguir, conforme a CF:

A lei orçamentária será acompanhada de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

117. Julgue o item a seguir, conforme a LRF:

É nulo de pleno direito, exceto se não causar prejuízo ao erário e houver acordo entre as autoridades, o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder.

118. Julgue o item a seguir, conforme a CF/88:

As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não devem de ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual. No caso do Presidente da República, poderá enviar mensagem à Câmara para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

119. Julgue o item a seguir, conforme a CF/88:

As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias ou indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre dotações para pessoal e seus encargos, serviço da dívida, ou transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal.

120. Julgue o item a seguir, conforme a CF88:

As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no banco do central do Brasil; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos na Constituição.

ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES

Sobre mineração de dados julgue os itens a seguir:

121. Preparar o conjunto de dados para se adequar a uma tarefa de mineração de dados é a parte mais demorada do processo.

122. A descoberta de conhecimento em bancos de dados é o processo trivial de identificar padrões ou relacionamentos válidos, novos, potencialmente úteis e, finalmente, compreensíveis nos dados para tomar decisões importantes.

123. Um modelo de mineração de dados que serve para calcular o valor do preço de uma casa ou apartamento baseado nos valores dos atributos do imóvel pode ser obtido por meio de tarefa de classificação.

124. No setor de varejo, a análise da cesta de mercado (*market basket*) explora a relação entre produtos, considerando a coocorrência de compras em transações anteriores. A análise de associação é uma técnica de mineração de dados não supervisionada em que não há variável de destino a prever.

125. A etapa fundamental na mineração de texto envolve a conversão de texto em dados semiestruturados. Depois de converter o texto não estruturado em dados semiestruturados, não há nada que impeça o analista de aplicar qualquer uma das técnicas de análise para classificar, agrupar e prever padrões nos dados.

Sobre Big Data avalie as afirmações abaixo

126. Big Data são dados que excedem a capacidade de processamento dos sistemas de banco de dados convencionais. Os dados são grandes demais, se movem rápido demais ou não se ajustam às restrições das arquiteturas de banco de dados. Para obter valor com esses dados, você deve escolher uma maneira alternativa de processá-los.

127. Um dos aspectos mais poderosos do Big Data é sua disponibilidade. Essa característica permite usar recursos da nuvem, incluindo análises e armazenamento. Assim, a disponibilidade não impõe limites para a quantidade de dados que uma empresa pode armazenar, processar e tornar útil.

Sobre visualização e análise exploratória dos dados e SQL julgue os itens subsecutivos.

128. A análise exploratória dos dados deve partir de alguma premissa ou hipótese a respeito do que queremos encontrar sobre uma grande quantidade de dados.

129. A análise exploratória dos dados permite que você examine as interrelações entre os atributos de dados e identifique subconjuntos interessantes das observações.

130. As junções nos permitem coletar dados espalhados por várias tabelas e agrupá-los em algo menos significativo e descritivo. Podemos pegar duas ou mais tabelas e juntá-las em uma tabela menor com menos contexto.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

131. Os fatores que compõem o chamado diamante da fraude consistem em oportunidade, pressão, racionalização e capacidade.

132. Os controles para combater a fraude e a corrupção, cuja aplicação nem sempre é possível, devem permitir que as organizações entreguem seus resultados aos cidadãos honestos no menor tempo e custo possíveis.

133. Segundo o modelo das 3 linhas de defesa, a terceira linha é composta pela auditoria interna da organização, a quem cabe fornecer à alta administração e aos órgãos de governança uma avaliação objetiva e independente quanto à eficácia dos processos de gerenciamento de risco, controle e governança.

134. Segundo as NBASP Nível 2, no trabalho de relatório direto o auditor mensura ou avalia o objeto de acordo com os critérios e seleciona o objeto e os critérios, levando em consideração risco e materialidade. O resultado da mensuração é apresentado no relatório de auditoria na forma de achados, conclusões, recomendações ou de uma opinião.

135. A Auditoria de Conformidade foca em determinar se a informação financeira está em conformidade com a estrutura de relatório aplicável e o marco regulatório aplicável.

136. Enquanto as auditorias operacionais geralmente são trabalhos diretos, as auditorias financeiras são sempre trabalhos de certificação e as auditorias de conformidade podem ser trabalhos de certificação, de relatório direto ou ambos ao mesmo tempo.

- 137.** O objeto de uma auditoria operacional é delimitado pelo escopo da auditoria.
- 138.** Comparado ao trabalho de asseguarção razoável, o trabalho de asseguarção limitada conta com procedimentos mais limitados, porém o nível de asseguarção ainda é significativo para os usuários previstos. Nesse tipo de trabalho (asseguarção limitada), a conclusão é expressa de forma positiva.
- 139.** Ceticismo profissional significa manter distanciamento profissional e uma atitude alerta e questionadora quando avalia se evidência obtida ao longo da auditoria é suficiente e apropriada bem como a aplicação coletiva de conhecimentos, habilidades e a experiência dos membros da equipe ao processo de auditoria.
- 140.** A materialidade é muitas vezes considerada em termos de valor, mas também tem aspectos quantitativos, bem como qualitativos.
- 141.** Estrategicamente, o planejamento da auditoria deve definir o escopo, os objetivos e a abordagem da auditoria. Os objetivos referem-se àquilo que a auditoria pretende alcançar. Já o escopo refere-se ao objeto e aos critérios que os auditores utilizarão para avaliar e relatar acerca do objeto, e está diretamente relacionado com os objetivos.
- 142.** “Relatórios de forma longa” geralmente descrevem em detalhes o escopo, os achados e as conclusões da auditoria, incluindo os efeitos potenciais e as recomendações construtivas para possibilitar a adoção de medidas corretivas.
- 143.** O foco da supervisão está em verificar se a entidade auditada deu tratamento adequado às questões levantadas, incluindo quaisquer implicações mais amplas. Ações insuficientes ou insatisfatórias por parte da entidade auditada podem exigir um relatório adicional por parte da Entidades Fiscalizadores Superiores.
- 144.** No escopo da auditoria operacional, segundo as Normas do TCU, a efetividade se relaciona com o grau de alcance das metas programadas (bens e serviços) em um determinado período de tempo.
- 145.** Nas auditorias de regularidade o objetivo é fixo, enquanto nas auditorias operacionais há flexibilidade na escolha de temas e objetos.
- 146.** O programa de auditoria, elaborado com base nos elementos obtidos na visão geral do objeto, objetiva estabelecer, diante da definição precisa dos objetivos do trabalho, a forma de alcançá-los e deve evidenciar, dentre outros, a quantificação dos recursos necessários à execução do trabalho.
- 147.** Os relatórios de auditoria devem contemplar, dentre outros, a visão geral do objeto da auditoria, revisada após a execução e a natureza de qualquer informação confidencial eventualmente divulgada.
- 148.** No contexto das normas de auditoria do TCU, metodologia significa os métodos empregados na coleta, no tratamento e na análise dos dados, devendo ser exposta resumidamente, relatando-se os detalhes em anexo. Caso tenha sido utilizada amostragem, deve ser indicado o método adotado, os critérios para seleção da amostra e a incerteza embutida nos cálculos.

149. A técnica de auditoria conhecida como conciliação objetiva examina as transações que geraram lançamentos em determinada conta contábil; essa técnica parte dos lançamentos contábeis para a identificação dos fatos e documentos que o suportam.

150. Na aplicação dos procedimentos de revisão analítica, o auditor deve considerar o objetivo dos procedimentos e o grau de confiabilidade dos resultados alcançáveis; a natureza do órgão/entidade e o conhecimento adquirido em fiscalizações anteriores; e a disponibilidade de informações, sua relevância, confiabilidade e comparabilidade.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Considere a notícia abaixo e a legislação e normas aplicáveis à Contabilidade Pública para responder a questão 151.

RJ: Justiça proíbe carreatas contra quarentena sob risco de multa

Multa de R\$ 50 mil foi imposta aos organizadores do ato deste sábado (28) caso prossigam com ideia de seguir da Barra da Tijuca ao Palácio Guanabara RIO DE JANEIRO por Agência Estado 28/03/2020

151. Caso os organizadores prossigam com a ideia de carreatas e o Governo do Estado do Rio de Janeiro imponha a multa, sem prejuízo das demais medidas cabíveis, no momento do lançamento da multa, deverá haver pelo órgão de Contabilidade competente o reconhecimento de uma Variação Patrimonial Aumentativa e no momento da arrecadação, o reconhecimento de uma receita orçamentária.

Considere a notícia abaixo e a legislação e normas aplicáveis à Contabilidade Pública para responder as questões 152 a 155.

Governo do RJ pede antecipação de recursos de concessão da Cedae

Witzel afirmou que o governo vai disponibilizar dois terços dos recursos a serem arrecadados com a concessão, cerca de R\$ 7 bilhões
Por Reuters (25 mar 2020)

O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, pediu ao presidente Jair Bolsonaro e ao ministro da Economia, Paulo Guedes, uma antecipação de parte dos recursos a serem gerados com a concessão de duas das quatro áreas Cedae, companhia de água e esgoto do Estado.

[...]

Witzel revelou que pediu uma antecipação de 100% da futura arrecadação, mas obteve a sinalização de que seria viável a disponibilidade de dois terços do total previsto, algo como cerca de 7 bilhões de reais.

O Estado do Rio de Janeiro estima arrecadar ao menos 11 bilhões de reais com a concessão das áreas de distribuição e tratamento de esgoto da Cedae. Os recursos poderiam vir do próprio BNDES, que modelou a concessão da companhia ou do próprio Tesouro, disse o governador.

[...]

Apesar de previsto para outubro, a assinatura do contrato de concessão da Cedae só será consumada em fevereiro de 2021. O Estado estima um impacto inicial de 10 bilhões de reais nas suas contas com as crises geradas pela queda nos preços do petróleo e pelo coronavírus.

[...]

“Ainda há muito interesse, mesmo com a crise global”, disse o governador do Rio de Janeiro ao frisar que os recursos antecipados serão fundamentais para estimular a atividade econômica e obras de infraestrutura no Estado.

152. A assinatura do contrato de concessão da Cedae, quando consumada, irá movimentar contas de natureza de controle do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público no âmbito do Governo do Estado do Rio de Janeiro, as quais servirão como suporte para a elaboração do quadro das contas de compensação, anexo ao respectivo Balanço Patrimonial.

153. Considerando que “O Estado estima um impacto inicial de 10 bilhões de reais nas suas contas com as crises geradas pela queda nos preços do petróleo e pelo coronavírus”, esse valor deve ter seu devido tratamento contábil no balanço patrimonial e na demonstração das variações patrimoniais, em decorrência, por exemplo, do reconhecimento de perdas estimadas relacionadas aos ativos do Estado impactados pelas crises.

154. Caso a antecipação de parte dos recursos a serem gerados com a concessão se concretize, o Estado do Rio de Janeiro deverá reconhecer, na data do recebimento dos valores, uma variação patrimonial aumentativa, a qual irá impactar positivamente o resultado patrimonial do respectivo exercício.

155. As obras de infraestrutura, citadas pelo governador na notícia, irão gerar ativos de infraestrutura, os quais possuem reconhecimento facultativo, nos termos da NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado.

Acerca dos Procedimentos Contábeis Orçamentários, julgue as assertivas a seguir:

156. O cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar gera o restabelecimento do saldo de disponibilidade comprometida, motivo pelo qual deve ser reconhecido como receita orçamentária.

157. O regime orçamentário está previsto na Lei n. 4.320/64, a qual estabelece que as despesas orçamentárias devem ser reconhecidas no momento do empenho e as receitas orçamentárias no momento do recolhimento, em observância ao princípio da unidade de tesouraria.

Prefeitura de SP anuncia auxílio de R\$ 600 para catador informal

31/03/2020

FOLHAPRESS

Clayton Castelani

O prefeito de São Paulo, Bruno Covas (PSDB), anunciou nesta terça-feira (31) um auxílio de R\$ 600 para catadores de materiais recicláveis autônomos e de R\$ 1.200 para catadores que participam de cooperativas. Os pagamentos serão realizados por três meses aos trabalhadores impossibilitados de exercerem suas atividades durante a pandemia do novo coronavírus. De acordo com o prefeito, os catadores autônomos poderão acumular a ajuda paga pelo município com o auxílio emergencial de R\$ 600 aprovado pelo Senado na segunda-feira (30), o que permitirá que esses trabalhadores recebam um total de R\$ 1.200.

A medida beneficiará 2.300 famílias de catadores autônomos e 1.200 famílias de cooperados do setor de reciclagem da capital paulista. O investimento no pagamento de auxílios custará R\$ 5,7 milhões aos cofres do município, segundo Covas. [...]

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2020/03/prefeitura-de-sp-anuncia-auxilio-de-r-600-para-catador-informal-ck8g4ikej005401obbbibs8ij.html>

Tendo como base o disposto na notícia acima e a legislação aplicável à Contabilidade Pública, julgue os itens a seguir:

158. Considerando-se que os valores serão repassados às cooperativas, os auxílios objeto da notícia são exemplos de subvenções sociais, nos termos da Lei n. 4.320/64.

159. O valor de R\$ 5,7 milhões referente ao montante total dos auxílios, no âmbito patrimonial, irá gerar variação patrimonial diminutiva, a ser reconhecida por competência mensalmente.

160. A despesa gerada com os auxílios será considerada obrigatória de caráter continuado, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

161. Na data do anúncio, o valor de R\$ 5,7 milhões configura uma obrigação presente da Prefeitura de São Paulo, um dos requisitos presente da definição de passivo estabelecida pela NBC TSP – Estrutura Conceitual.

Acerca das disposições referentes ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), julgue os itens a seguir:

162. Entre os objetivos do PCASP está o de atender à administração direta e à administração indireta das três esferas de governo, exceto quanto às peculiaridades das empresas estatais dependentes e dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

163. A apuração de custos é controlada em contas da classe 7 – Controles Devedores do PCASP.

164. Por ocasião de um registro contratual decorrente de uma contratação de serviços, uma entidade do setor público deverá registrar o evento em contas de natureza de controle, sem impacto nesse momento nas contas de natureza orçamentária e patrimonial.

Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), julgue os itens a seguir:

165. A NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis determina que a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento deve ser incluída nas demonstrações contábeis das entidades que publicam seu orçamento aprovado, obrigatória ou voluntariamente, para fins de cumprimento das obrigações de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) das entidades do setor público.

166. No âmbito do balanço financeiro, os ingressos e dispêndios se equilibram por meio da inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos dispêndios e do saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos ingressos.

Uma entidade do setor público apresentou os eventos registrados abaixo em seu primeiro exercício financeiro, ocorrido em 2019.

- Aprovação da Lei Orçamentária Anual, com previsão da receita e fixação da despesa no valor de R\$ 450.000,00;
- Arrecadação de impostos no valor de R\$ 180.000,00;

- Empenho, consumo e pagamento de despesas com serviços de água, luz e telefone durante o ano, no valor de R\$ 60.000,00;
- Recebimento de imóvel em doação no valor de R\$ 300.000,00;
- Compra de veículo para uso no valor de R\$ 90.000,00, com recebimento imediato do bem, inscrito integralmente em restos a pagar ao final do exercício financeiro de 2019.

Com base nos eventos acima registrados, julgue os itens a seguir, acerca do fechamento das demonstrações contábeis do ano de 2019 da referida entidade.

- 167.** No balanço patrimonial, segundo a estrutura da Lei n. 4.320/64, o ativo real totalizou R\$ 510.000,00.
- 168.** A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentou uma geração líquida de caixa positiva em R\$ 30.000,00.
- 169.** O resultado orçamentário do exercício evidenciado no balanço orçamentário foi de R\$ 30.000,00 (superávit).
- 170.** O total dos ingressos extraorçamentários evidenciados no balanço financeiro foi de R\$ 390.000,00

CONTROLE EXTERNO

Julgue os itens a seguir com base na Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

- 171.** As contas do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro serão submetidas, anualmente, à apreciação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

- 172.** As contas dos prefeitos dos municípios do Rio de Janeiro serão julgadas pelas respectivas câmaras municipais, não se admitindo julgamento ficto por decurso de prazo.

- 173.** O parecer prévio das contas dos prefeitos municipais será emitido, pelo Tribunal de Contas, no prazo de sessenta dias, contados a partir de seu recebimento.

- 174.** Dos sete conselheiros que compõem o TCE-RJ, três serão indicados pelo governador, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.

- 175. Situação hipotética:** João era juiz estadual, mas foi aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória. **Assertiva:** dada a natureza distinta do cargo de conselheiro, não haverá impedimento para que João seja nomeado para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas, desde que preencha os requisitos definidos na Constituição Federal.

Considerando as disposições da Lei Orgânica e do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, julgue os itens seguintes.

- 176.** Se o responsável por recursos estaduais tiver as suas contas rejeitas pelo Tribunal de Contas do Estado, com imputação de débito e de multa, os seus sucessores ficarão sujeitos à jurisdição do TCE, independentemente do valor do patrimônio transferido.

177. Situação hipotética: o município de Niterói firmou um grande contrato administrativo para a realização de obra pública. Em virtude da complexidade do objeto contratual, foi exigida a prestação de garantia contratual no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Sabe-se que o recurso da garantia possui natureza extraorçamentária, não podendo ser utilizado no custeio da despesa pública, uma vez que será devolvido ao final do contrato, caso as obrigações da contratada sejam adimplidas.

Assertiva: o responsável não incluirá, em sua prestação de contas, as informações sobre a garantia contratual, já que o valor não possui natureza pública, pois terá que ser devolvido ao término do ajuste.

178. Os processos de prestação e de tomada de contas anuais dos administradores públicos deverão ser remetidos ao Tribunal de Contas no prazo de cento e oitenta dias, contados do encerramento do exercício.

179. O Tribunal de Contas julga as contas dos administradores públicos, exceto quando se tratar de contas iliquidáveis, que não terão julgamento de mérito.

180. No caso de vacância do cargo de Presidente do TCE, caberá ao Vice-Presidente suceder-lhe, para cumprir o período do mandato do antecessor, independentemente do prazo restante para o término do mandato.

181. Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonogado ao Tribunal de Contas, em suas auditorias governamentais, sob qualquer pretexto.

182. O responsável que obstruir o livre exercício de auditorias governamentais ficará sujeito à multa proporcional ao dano.

183. Para avaliar a viabilidade da realização de uma auditoria governamental, o Tribunal poderá utilizar a inspeção.

184. Caberá recurso de revisão contra decisão definitiva transitada em julgado, ao Plenário, sem efeito suspensivo, dentro do prazo de cinco anos, contados na forma regimental.

185. Compete privativamente ao Plenário do Tribunal afastar incidentalmente norma inconstitucional, em sede de controle externo, inclusive nas soluções de consulta, por maioria absoluta dos seus membros.

LICITAÇÕES, CONTROLE E CONVÊNIOS

Tomando por base os preceitos doutrinários e as disposições contidas na Lei 8.666/1993, julgue os itens a seguir.

186. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada, diferentemente do que se observa em relação aos participantes da licitação.

187. Em licitações referentes a compras é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificção.

188. Os membros da comissão de licitação responderão subsidiariamente pelos atos praticados pela comissão, sendo tal responsabilidade afastada se o membro discordar da decisão tomada pela comissão e tenha registrado em ata sua divergência.

189. É inexigível a licitação para aquisição de material de uso pelas Forças Armadas, quando se estiver diante da restrição a fornecedor capaz de manter a padronização.

190. Havendo a participação de consórcios nas licitações, cada empresa responderá solidariamente pelos atos praticados em consórcio.

Considerando a disciplina da Lei 10.520/2002, bem como o regramento geral de licitações e contratos, julgue os itens a seguir.

191. Situação hipotética: O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro deseja promover atualização tecnológica dos equipamentos de informática utilizados por seus servidores. Nesse sentido, pretende adquirir novos microcomputadores e, após efetuar a substituição, realizar a alienação dos microcomputadores que se encontravam em uso, mediante reconhecimento de que são inservíveis. Assertiva: É juridicamente viável a adoção do pregão para a primeira licitação, bem como do leilão para a venda dos equipamentos.

192. Os licitantes que oferecerem propostas em um pregão sempre poderão ofertar lances.

Em relação ao Sistema de Registro de Preços (SRP), julgue os itens a seguir.

193. O Sistema de Registro de Preços consiste no instrumento recomendado pela legislação para processamento de obras e serviços.

194. A validade do registro de preços não deve superar a um ano, exceto em relação ao órgão gerenciador e aos participantes da mesma esfera de governo.

No que se refere à prestação indireta de serviços públicos e ao regramento contido nas Leis 8.987/1995 e 11.079/2004, julgue os itens que se seguem.

195. A concessão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que deve observar os termos da Lei 8.987/1995, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do respectivo contrato pelo poder concedente.

196. O princípio da motivação impõe ao poder concedente que, antes da celebração do contrato, publique ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo.

197. Incumbe ao poder público a prestação de serviços públicos, podendo tal atividade ser realizada de modo direto ou, sempre através de licitação, sob o regime de concessão ou autorização.

198. Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção, sempre após prévio aviso, em situação de emergência ou motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações.

Tomando por base o regramento contido na Lei 12.462/2011, julgue os itens que se seguem.

199. É viável a adoção do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para os contratos envolvendo ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), embora não se possa adotá-lo para as respectivas licitações.

200. Nas licitações para celebração de contratos sob regime de contratação integrada, não é obrigatória a elaboração de projeto básico pelo poder público.

Preencha o Gabarito!

bit.ly/Simulado-TCE-RJ-04-04



Estratégia

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE